



INFORMES COMPLEMENTARES

Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva para a Reforma Política

Conforme informe que consta do texto de Conjuntura do Boletim CRRR, a APEOESP é parte integrante do plebiscito que será realizado de 01 a 07 de setembro para que a população se pronuncie sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a Reforma Política no Brasil.

Complementando as informações ali contidas, as Reuniões de Representantes devem discutir o tema, para que sejam tomados os seguintes encaminhamentos:

- organização de comitês em todas as subsedes (os nomes dos responsáveis devem ser comunicados à Presidência da APEOESP: presiden@apeoesp.org.br).
 - realização de panfletagens nas escolas e em locais de grande concentração popular (o panfleto que foi enviado anexo ao Boletim CRRR será reproduzido e distribuído às subsedes).
 - definir nas regiões um dia para falar sobre o plebiscito nas escolas.
 - participar dos comitês organizadores regionais, onde houver. Entrar em contato com as representações regionais de outras entidades que participam do movimento.
- A APEOESP realizará no dia 27

de agosto pela manhã uma web-conferência para debater este tema e mobilizar para o plebiscito.

Marcha Mundial por Justiça Climática, Sustentabilidade e Contra o Aquecimento Global

A APEOESP está participando, juntamente com a organização SOS Clima Terra, da organização da Marcha Mundial por Justiça Climática, Sustentabilidade e Contra o Aquecimento Global, que é realizada anualmente em mais de cem países face aos problemas decorrentes do desequilíbrio climático provocado pela ação humana.

Neste ano a Marcha brasileira será realizada em 200 cidades, no dia 25 de setembro. Na cidade de São Paulo, com caráter estadual, a concentração será no Vão Livre do MASP, na Avenida Paulista, às 14 horas.

A questão do clima é vital para todos nós. Governos e empresas têm tido um comportamento inadequado e muitas vezes irresponsável em relação à preservação do meio ambiente e ao equilíbrio climático do planeta. Vivemos um estado de emergência climática e o movimento pretende chamar a atenção das autoridades e das populações em escala global para este problema.

Oportunamente materiais relativos

a este evento serão distribuídos às subsedes e à categoria e atividades preparatórias poderão ser agendadas.

Abaixo-assinado de repúdio às minutas de alteração do Estatuto do Magistério

Em complemento às informações e orientações já publicadas no Boletim CRRR Agosto/2014, segue em anexo modelo de abaixo-assinado de repúdio às minutas de alterações do Estatuto do Magistério.

Devido à pressão da categoria, organizada pela APEOESP, o Secretário retirou tais minutas, mas devemos nos manter atentos para impedir que possam voltar como projeto de lei no final do governo, consolidando políticas e medidas que prejudicam os professores.

Assim, as subsedes devem programar a coleta de assinaturas, remetendo-as para a Sede Central, aos cuidados da Presidência, até o dia 25/08, para que possam ser encaminhadas ao Governo e à Assembleia Legislativa.

Atenção!

Materiais para discussão nas Reuniões de Representantes:

- Boletim CRRR e seus anexos.
- Boletim APEOESP Informa Urgente nº 45
- Este complemento do Boletim CRRR

ABAIXO-ASSINADO DE REPÚDIO À MINUTA DO NOVO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PAULISTA

Nós, profissionais do Magistério da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, MANIFESTAMOS INDIGNAÇÃO, DESCONTENTAMENTO E REPÚDIO, diante das atitudes de desrespeito e autoritarismo do atual Governo Paulista, notadamente no que diz respeito à minuta de texto de Lei Complementar que propõe um Novo Estatuto do Magistério Público Paulista, elaborada unilateralmente pelo Grupo de Legislação Educacional da Chefia de Gabinete da SEE/SP, sem a necessária e devida participação e discussão com a rede. Trata-se de uma minuta, que, se aprovada, causará graves prejuízos aos Direitos já adquiridos pelo Magistério e pela Educação de forma geral, tornando a carreira ainda menos atrativa, depreciando-a um tanto mais.

Tal minuta, representa, incontestavelmente, além de medida arbitrária, um notório retrocesso, fundamentalmente no que tange a:

- **Extinção do direito à aposentadoria com proventos integrais**, com proposta baseada no cálculo da média aritmética correspondente a 80% dos meses de contribuição (artigo 77);
- **Promoção meritocrática**, em especial a Promoção por Resultados que responsabiliza e culpabiliza exclusivamente Diretores e Supervisores pelos resultados educacionais eximindo o Estado de suas responsabilidades (artigo 70 e seguintes);
- **Fim da Estabilidade**: Supervisores de Ensino e Diretores de Escola, mesmo sendo aprovados em concurso público e aprovados em período de Estágio Probatório, ainda serão submetidos a uma política desumana de Avaliação Periódica de Desempenho Individual – APDI, inclusive com proposta de exoneração de cargos (artigos 16-A a 16-F);
- **Direitos e Vantagens já conquistados**: Décimo terceiro salário, um terço de férias, serviços extraordinários, diárias, ajuda de custo e outros são colocados como possibilidade e não como algo de direito já instituído, quando utiliza “podem fazer jus” ao invés de “farão jus” (artigo 50).
- **Fim do recesso escolar**: Os professores terão que atender convocações na escola no período do recesso, com reuniões, projetos e atendimento à comunidade, isto é desconhecer totalmente a realidade do docente e o estresse do seu dia a dia (artigo 80).
- **Formação em Serviço na carga horária do professor**: Com a nova proposta, os professores deverão cumprir jornada de 48 horas aulas semanais na escola, sendo: 32 h/a com aluno; 3 h/a de ATPC, 7 h/a de Formação e 3 h/a HTPL, ou seja, os professores terão que cumprir na escola mais 7 horas por semana, pelo mesmo salário (artigo 27).

Outros aspectos também demandam ampla discussão e análise pelos integrantes do Magistério.

Desta forma, **solicitamos amplo apoio para que a referida Minuta não seja apresentada como Projeto de Lei e, caso seja apresentada pelo Governo do Estado, que seja rejeitada na sua totalidade** pela douta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo até que ocorram amplos estudos e debates com a rede e as entidades de classe.

